



Semestre terá Código Florestal e reformas

Congresso retoma atividades hoje com debates e votações de temas polêmicos como o Código Florestal, a PEC das MPs, a reforma política e a administrativa do Senado

O projeto de reforma do Código Florestal é um dos destaques na pauta de trabalho do segundo semestre do Senado, que se inicia hoje após o fim do recesso parlamentar. O grande desafio é chegar a uma proposta que aproxime ambientalistas e ruralistas.

Os senadores deverão concluir ainda a votação

da reforma política na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, em seguida, no Plenário.

Os parlamentares também devem retomar a análise do projeto que altera a tramitação das medidas provisórias, o que regulamenta o mercado de TV por assinatura e o que propõe mudanças nas normas administrativas da Casa. **3**



Ana Volpe/Senado Federal

Preservação, exploração sustentável e expansão da agropecuária estão entre as polêmicas envolvendo o Código Florestal



Waldemir Borges/Senado Federal

Proposta de iniciativa de Sarney, em exame na CCJ, tem Aécio Neves como relator

Mudança no rito das MPs deve ser votada logo, acredita Aécio

A PEC 11/11 dá mais tempo ao Senado para exame de MPs. Aécio Neves antecipou que

deve abrir mão de sua proposta de criação de comissão mista para julgar a admissibilidade. **3**

CPI do Ecad ouve amanhã três primeiros depoimentos **4**

Moratória pode ser dispensada em pagamento parcelado **4**

Plenário analisa MP que reajusta tabela do Imposto de Renda **2**

Pauta inclui alíquota menor do INSS para microempreendedor **2**

Jornada de 40 horas é tema de audiência

A Comissão de Direitos Humanos debate a PEC sobre redução da jornada de trabalho e dos encargos na folha

de pagamento. A audiência, proposta por Paulo Paim, será realizada em conjunto com subcomissão da CAS. **4**



José Cruz/Senado Federal

Centrais sindicais durante manifestação, em maio: PEC pode ajudar a criar 2 milhões de empregos e aumentar produtividade

Mudança está prevista em MP que obstrui votações, assim como medida que beneficia microempreendedor

Plenário inicia segundo semestre com reajuste da tabela do IR

COM O REINÍCIO, hoje, das atividades legislativas, o Senado deve retomar amanhã sua rotina de votações em Plenário. Entretanto, a ordem do dia está travada por duas medidas provisórias. Os senadores terão poucos dias para analisar as duas matérias, o que poderá reacender o debate sobre a necessidade de alterações no rito de tramitação das MPs.

A primeira matéria da pauta é a Medida Provisória 528/11 – transformada na Câmara dos Deputados em projeto de lei de conversão (PLV 18/11) – que reajustou em 4,5% ao ano os valores da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) até 2014. Os senadores terão de apreciá-la até 7 de agosto, para que não perca a validade.

Por essa medida provisória, a faixa de rendimentos isenta do IR passou de R\$ 1.499,15 para R\$ 1.566,61 este ano. O índice de correção de 4,5%, aplicado desde 2006, corresponde à meta de inflação estabelecida pelo governo e resultará numa renúncia fiscal de R\$ 9,3 bilhões durante todo o período, segun-

do o Poder Executivo.

Entre as emendas feitas pelos deputados está a permissão para dedução da base de cálculo do IRPF das despesas relativas a planos de saúde pagos a empregados domésticos, limitada a um por declaração e a R\$ 500 anuais. Outra emenda fixa prazo mínimo de 30 dias para que contribuintes atendam às intimações da Receita Federal e apresentem documentos solicitados.

Além da correção das tabelas do IR, a MP reajusta os limites para despesas dedutíveis com dependentes, educação, aposentadoria e o desconto simplificado das declarações de ajuste anual. Os novos valores mensais começaram a valer em 1º de abril, já que a MP foi editada em março. Os valores anuais valem para as declarações que serão entregues em 2012.

A Câmara aprovou também emendas sem relação com o tema da MP, como a que prorroga até 31 de dezembro de 2012 o prazo de concessão de gratificações de servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.

MP incentiva trabalho formal do microempreendedor individual

A outra matéria que bloqueia a pauta do Plenário da Casa é a Medida Provisória 529/11, que tramita como PLV 19/11. A MP reduziu de 11% para 5% a alíquota paga pelo microempreendedor individual incidente sobre o piso do salário de contribuição para a Previdência Social. Para que não perca a validade, os senadores têm de votá-la até 18 de agosto.

A proposta, que também traz benefícios para as donas de casa e para as pessoas com deficiência, tem como objetivo principal, incentivar o aumento do número de microempreendedores no trabalho formal, segundo o Poder Executivo.

A redução da alíquota é exclusiva para os segurados que aderiram ao Programa Empreendedor Individual (EI).

Com a alíquota de 11%, o microempreendedor individual pagava, como contribuinte individual, R\$ 60,40 (comércio e indústria) e R\$ 65,40 (prestação de serviços). Já com a alíquota de 5%, passou a pagar R\$ 27,25 (o valor máximo é de R\$ 33,25). A esse valor somam-se R\$ 1 a título de ICMS e R\$ 5 de ISS, caso o microempreendedor seja contribuinte desses impostos.

Para se aposentar por esse sistema, o microempreendedor deverá renunciar à aposentadoria por tempo de contribuição.



Senadores vão analisar reajuste de 4,5% na tabela do IR e redução da tributação dos microempreendedores individuais

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão de debates

11h A sessão não deliberativa de hoje é destinada a pronunciamentos dos senadores.

Previdência Jornada de trabalho

9h Audiência conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social com líderes das centrais sindicais debate a redução da jornada de trabalho e dos encargos na folha de pagamento.

Terça-feira

Emprego Crise mundial

9h A defesa do emprego no contexto da crise mundial será o tema de audiência pública, dentro do ciclo de debates sobre a Integração da América do Sul, da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

CAE Simples Nacional

10h A Comissão de Assuntos Econômicos vota proposta que inclui os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Simples Nacional. Também na pauta, projeto que obriga a Receita Federal a comunicar ao contribuinte pessoa física a retenção do IR na malha fina.

CE Cursos de formação

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa a inclusão de cursos de formação de profissionais de educação em nível médio e superior entre os objetivos dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Cefets). Outra proposta condiciona o estágio na administração pública direta à seleção de provas.

CPI Depoimentos sobre o Ecad

14h30 A CPI do Ecad ouve o ex-gerente jurídico da instituição Samuel Fahel; o presidente da Associação de TV por Assinatura, Alexandre Annenberg; e a diretora da União Brasileira de Compositores, Marisa Gandelman.

Quarta-feira

Plenário Câmara Cascudo

14h Os senadores vão homenagear o educador potiguar Luís da Câmara Cascudo, que morreu há 25 anos.

CCT Pedofilia e internet

8h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática vota obrigação de emissoras de rádio e TV divulgarem mensagens contra exploração sexual de crianças e uso seguro da internet.

CAS Obesidade

9h A Comissão de Assuntos Sociais vota, entre outros itens, projeto que regulamenta o tratamento cirúrgico da obesidade e a profissão de instrumentador cirúrgico.

Quinta-feira

Plenário Lei Maria da Penha

14h Sessão em comemoração aos cinco anos de sanção da Lei Maria da Penha.

CRA Desenvolvimento

18h30 Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debate acordos internacionais que afetam a produção de leite, arroz, trigo, carne e vinho. Entre os convidados está o ministro Fernando Pimentel (Desenvolvimento).

CI Risco de colisão

9h Projeto que reduz os riscos de colisão de aves com aviões está na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que vota ainda proposta destinando 50% do Fundo Social para a educação.

Sexta-feira

CRA Código Florestal

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove seminário para tratar da recomposição ambiental de áreas produtivas, dentro da discussão do novo Código Florestal.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao – Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º vice-presidente: Marta Suplicy
 2º vice-presidente: Wilson Santiago
 1º secretário: Cícero Lucena
 2º secretário: João Ribeiro*
 3º secretário: João Vicente Claudino
 4º secretário: Ciro Nogueira
 Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burtle
 Reportagem: Cíntia Sasse
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

* Licenciados

Código Florestal e reforma política são destaques

O projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11) e a consolidação da proposta de reforma política

estão no foco da pauta de trabalho do segundo semestre dos senadores. Eles ainda terão que discutir a mudança na tramitação

das medidas provisórias no Congresso, a regulamentação do mercado de TV por assinatura e a reforma administrativa da Casa.

Debates entre produtores rurais e ambientalistas continuam

Recebido pelo Senado após intenso debate na Câmara, o Código Florestal está em análise nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Meio Ambiente (CMA) e Agricultura (CRA). Além disso, foi apresentado requerimento à Mesa para que também passe pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), mas ainda não houve decisão.

A definição do texto da reforma tem mobilizado produtores rurais e ambientalistas. Os pontos mais importantes do debate, segundo o relator do projeto na CMA, senador Jorge

Viana (PT-AC), são as áreas de Preservação Permanente (APPs) e as de reserva legal.

– O tema mais central é o passivo ambiental que nós temos. São as áreas convertidas em produção agropecuária que deveriam ter sido preservadas por terem nascentes, encostas de morros e margens de rios – disse Jorge Viana à Rádio Senado, ao estimar serem necessárias alterações no texto para deixá-lo mais justo na preservação do meio ambiente.

Para facilitar o acompanhamento do tema, a Agência Senado lançou um site especial: <http://migre.me/5nu90>.



Eunício Oliveira dirige reunião da CCJ ao lado do líder do governo, Romero Jucá

CCJ analisa dois últimos projetos da Comissão de Reforma Política

O início do segundo semestre também será marcado pela discussão da reforma política. Já nesta quarta-feira devem entrar na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) as duas últimas propostas apresentadas pela Comissão de Reforma Política, de um total de 11 matérias sobre o tema. Os senadores da CCJ ainda precisam decidir sobre o financiamento público de campanha (PLS 268/11) e sobre critérios para funcionamento dos partidos e cláusula de desempenho (PLS 267/11).

A CCJ aprovou no semestre passado cinco projetos, que agora devem ser apreciados pelo Plenário: regras de suplência de senador (PEC 37/11); regras de fidelidade partidária (PLS 266/11); fim das coligações (PEC 40/11); mudança da data

de posse e duração de mandatos para chefes do Executivo (PEC 38/11); e exigência de referendo para mudança em sistema eleitoral (PEC 42/11). Também foi aprovado o projeto que impede prefeitos e vice-prefeitos de transferirem seu domicílio eleitoral durante o exercício do mandato (PLS 265/11), que seguiu para análise da Câmara.

Entre as propostas sobre a reforma política rejeitadas pela CCJ está a PEC 43/11, que institui o sistema proporcional com lista fechada. No entanto, o relator da matéria na CCJ, Romero Jucá (PMDB-RR), pretendia apresentar recurso para votação em Plenário.

A Agência Senado também tem uma página especial com todas as notícias sobre o assunto: <http://migre.me/5ntSR>.



Pequena propriedade em Girassol (GO): preservação ambiental é o grande tema

PEC que altera tramitação de MP será votada logo, acredita Aécio

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, que altera o rito de tramitação das medidas provisórias (MP), dando ao Senado mais tempo para a análise das matérias, também vai estar no centro dos debates no segundo semestre. Relator do projeto na CCJ, Aécio Neves (PSDB-MG) acredita na votação da proposta logo após o recesso.

A discussão sobre a necessidade de mais tempo para o Senado apreciar as MPs, após a aprovação na Câmara, foi intensa no primeiro semestre. O fato de a Casa só ter dois ou três dias para avaliar as medidas gerou tensão entre os governistas e a oposição, que chegou a obstruir votações para que as MPs perdessem a vigência.

Aécio antecipou que deve

abrir mão de sua proposta de criação de comissão mista para julgar a admissibilidade das MPs, atribuindo essa responsabilidade às comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado. Depois de ser aprovada na CCJ, a PEC, de autoria de

José Sarney (PMDB-AP), recebeu novas emendas em Plenário e retornou à comissão.

De acordo com o texto, os 120 dias de prazo para tramitação das MPs nas duas casas seriam divididos em 60 dias para a Câmara e 40 dias para o Senado,

somados a dez dias para análise da admissibilidade e outros dez dias para revisão na Câmara. Outro ponto é a proibição de que as MPs tragam itens referentes a assuntos distintos. Se aprovada no Senado, a PEC 11/11 seguirá para a Câmara.



Sarney, autor do projeto, e Aécio, relator na CCJ, concordam que Senado precisa de mais tempo para analisar MPs

Projeto muda mercado de TV por assinatura

Deve acontecer em agosto a votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 116/10, que regulamenta o mercado de TV por assinatura. Acordo entre lideranças adiou a apreciação da proposta, que tramita em regime de urgência. O projeto prevê mudanças como a entrada de empresas de telefonia no mercado de TV a cabo, a eliminação de restrições ao capital estrangeiro e o estabelecimento de cotas para a produção nacional e regional.

Relatório propõe diminuição de gastos da Casa

No início de julho, foi aprovado o relatório da subcomissão que alterou a proposta de reforma administrativa do Senado (PRS 96/09). O parecer agora precisa ser votado pela CCJ e, se aprovado, pelo Plenário.

O texto prevê redução de R\$ 150 milhões por ano no orçamento da Casa e corte de cerca de 45% no número de funções comissionadas, que passariam para 1.129. Nos gabinetes dos senadores, o número máximo de cargos em comissão seria de 55. Atualmente, os 12 cargos de livre provimento dos gabinetes podem ser desmembrados em 79.

Oposição se movimentou por CPI do Dnit

Outro tema que pode mobilizar os senadores é a intenção dos oposicionistas de pedirem que seja instalada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias de desvios no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O PSDB chegou a apresentar, durante o recesso, um requerimento para ouvir o novo ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, sobre o assunto, mas a Comissão Representativa do Congresso não se reuniu para apreciar o pedido.



Em maio, manifestantes ocuparam a Esplanada para pedir a aprovação da proposta de emenda à Constituição que tramita no Congresso há mais de 15 anos

CDH debate hoje redução da jornada de trabalho e dos encargos na folha

Proposta por Paulo Paim, audiência marcada para as 9h contará com dirigentes das centrais sindicais. Segundo eles, redução da jornada para 40 horas pode ajudar na criação de 2 milhões de empregos e no aumento da produtividade

Audiência sobre defesa do emprego

“A defesa do emprego no contexto da crise mundial” será tema de audiência pública a ser realizada amanhã, a partir das 9h, pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Esse será o primeiro encontro do ciclo de debates sobre a Integração da América do Sul. Outras duas audiências já estão confirmadas: “A defesa do mercado interno no contexto da crise mundial”, no dia 6 de setembro, e “A perspectiva das mulheres e da juventude no contexto da crise mundial”, prevista para ocorrer em outubro, mas ainda sem data.

Entre os nove convidados para debater a defesa do emprego, já confirmaram presença o economista José Carlos de Assis; o 1º vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, Tadeu de Sousa; o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas de Oliveira; o secretário de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Rio Grande do Sul, Cláudio Nepolo; o diretor de Organização de Relações Sindicais e Institucional da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Hamiltom Dias de Moura; e o coordenador Nacional Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), Lourenço Ferreira Prado.

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública hoje, às 9h, para debater a redução da jornada de trabalho e dos encargos na folha de pagamento. A audiência, proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS), será feita em conjunto com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231/95, que trata da redução da jornada de 44 para 40 horas semanais,

tramita no Congresso há mais de 15 anos. Segundo as centrais sindicais, a medida pode ajudar a criar 2 milhões de empregos, além de reduzir o número de acidentes de trabalho e aumentar a produtividade das empresas.

Foram convidados para o debate os presidentes da Força Sindical, deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP); da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Wagner Gomes; e da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci de Oliveira.

Os presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique da Silva; da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos; e da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, também estão entre os convidados.

Completam a lista de debatedores o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Álvaro Sólton de França; e o coordenador do Fórum Social dos Trabalhadores (FST), Lourenço Ferreira Prado.

Dispensa de multa para quem confessar dívida

Quem confessar voluntariamente possuir débito tributário, mesmo que propuser a quitação de forma parcelada, poderá ser dispensado do pagamento de multa moratória. O benefício está previsto em projeto que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina amanhã, em sua primeira reunião após o recesso, às 10h. O benefício já é concedido quando o contribuinte se apresenta ao Fisco antes de qualquer medida fiscalizatória, mas somente na condição de pagar à vista o que deve. Os juros em decorrência do pagamento fora do prazo são mantidos.

A proposta (PLS 399/09 Complementar), do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), conta com voto favorável do relator, Demóstenes Torres (DEM-GO). Para o autor, a intenção do legislador ao criar o dispositivo da “denúncia espontânea” foi prestigiar a boa-fé do contribuinte que confessa sua falta e propõe a regularização. Apesar disso, conforme observou, a jurisprudência considera que o parcelamento não equivale a uma garantia de pagamento.

Para Demóstenes, a questão da forma como o tributo será quitado é secundária e não pode ser interpretada de modo a prejudicar o contribuinte. Ele rejeita ainda o argumento de que o devedor pode depois suspender o pagamento das parcelas. Nesse caso, avalia, o restante da dívida será inscrito na dívida ativa e o devedor ficará sujeito a ser executado, sem que o Fisco perca seu direito ao crédito.

Como o projeto é complementar, precisará ser também examinado em Plenário, caso passe na CAE. Se aprovado no Senado, tramitará em seguida na Câmara dos Deputados.

CPI do Ecad inicia amanhã tomada de depoimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) retoma amanhã, às 14h30, os seus trabalhos, para colher os três primeiros depoimentos.

Deverão ser ouvidos Marisa Gandelman, diretora executiva da União Brasileira de Compositores (UBC); Samuel Fabel, ex-gerente jurídico do Ecad; e Alexandre Annenberg, presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA).

Em entrevista à Agência Senado, o relator da CPI, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), afirmou que a comissão deve concluir os trabalhos até o dia 28 de outubro. O colegiado aprovou 56 requerimentos na última reunião, em 12 de julho, vários deles para depoimentos.

Um desses requerimentos é para ouvir o motorista Milton Coitinho dos Santos, filiado à UBC, suspeito de ter recebido mais de R\$ 120 mil do Ecad por composições de diversos autores. Também foi aprovado o depoimento de Bárbara de Mello Moreira, que se apresentou como procuradora de Coitinho para recebimento de pagamentos.

A CPI deverá ouvir, em data a ser marcada, a superintendente do Ecad, Glória Braga, e vários autores e especialistas que debaterão o papel da entidade na gestão dos direitos autorais.

Proposta pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), eleito seu presidente, a CPI destina-se a investigar denúncias de irregularidades na arrecadação e distribuição de recursos de direitos autorais por parte do Ecad.

Prêmio de loteria não retirado pode ir para a saúde

O Programa Saúde da Família (PSF) pode receber os prêmios das loterias federais que não forem retirados no prazo previsto. O autor da proposta (PLS 313/11) é Paulo Davim (PV-RN).

O senador cita a estimativa de que, somente no ano passado, quase R\$ 169 milhões não foram retirados – boa parte desse valor se refere às faixas de premiação secundárias.

Atualmente, os prêmios não reclamados são uma das fontes de receita do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que também recebe 30% da renda líquida das loterias, repasses do Ministério da Educação e encargos e sanções cobrados nos financiamentos que concede, entre outras fontes.

Davim lembra que os recursos arrecadados por essas loterias, além de serem utilizados nas premiações, são destinados a diversas instituições e programas – como o próprio Fies –, mas não para a saúde.

Ele também observa que o valor dos prêmios não reclamados “é quase que irrisório” quando comparado com a arrecadação total: de acordo com a Caixa Econômica Federal, no ano passado chegou-se ao recorde de R\$ 8,8 bilhões.

Existem dez loterias federais: a Mega-Sena, a Quina, a Dupla Sena, a Loteria Instantânea, a Lotogol, a Timemania, a Lotomania, a Loteria Federal, a Loteca e a Lotofácil.

Tramitação

A previsão é de que a proposta – que altera a Lei 10.260/01, do Fies – seja examinada primeiro na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda a designação de um relator, e, posteriormente, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo. Se for aprovado no Senado, o texto será enviado à Câmara dos Deputados.

Dinheiro extra

Proposta de Paulo Davim busca recursos nas loterias



(*) estimativa para 2010